

SABATINI, Francisco; WORMALD, Guillermo; RASSE, Alejandra; TREBILCOCK, María Paz (ed.). *Cultura de cohesión e integración social en ciudades chilenas*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, Colección Estudios Urbanos, 2013, 304p.

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DISPOSIÇÃO À CONVIVÊNCIA COM OS OUTROS URBANOS

Rafael de Aguiar Arantes

Na esteira de um conjunto de estudos internacionais sobre os impactos da globalização e do neoliberalismo implantado em diversos países desde a década de oitenta e noventa, as cidades chilenas têm sido analisadas a partir de diversas perspectivas. O livro *Cultura de Cohesión e Integración social en ciudades chilenas*, organizado pelos professores Francisco Sabatini, Guillermo Wormald, Alejandra Rasse e María Paz Trebilcock, discute a possibilidade cultural de gerar menores níveis de segregação ou de criar espaços de mistura entre pessoas de distintas condições sociais. Questionando até que ponto a segregação é produto, apenas, da segmentação produzida pelo mercado ou se há, também, um substrato cultural “pró-segregação”, os autores, em parceria com outros colegas e seus alunos, realizaram uma ampla pesquisa na Grande Santiago, em Valparaíso-Viña del Mar e em La Serena-Coquimbo, com a hipótese de que as condições estruturais da sociedade chilena poderiam estar gerando mais segregação do que as pessoas efetivamente desejariam.

Partindo dessa hipótese, a investigação buscou analisar a disposição dos cidadãos à convivência com grupos sociais diferentes, analisando esta possibilidade, não apenas partir de uma dimensão estrutural (a segregação nos tipos de escolas, bairros, lugares de recreação, transporte e trabalho), mas, também (e principalmente), através de uma dimensão cultural (a valoração que fazem os sujeitos sobre as oportunidades de contato, compre-

endida como um indicador de coesão social). Assim, o trabalho se propõe a compreender a cultura de coesão e integração nas cidades chilenas, entendida como uma base normativa que sustenta a confiança, a cooperação e o reconhecimento entre sujeitos desconhecidos.

Para tanto, o trabalho utilizou vários procedimentos de pesquisa, como um survey nas referidas cidades e estudos qualitativos efetuados em regiões e bairros de “classes médias”, consideradas como aquelas que poderiam ser mais afetadas por políticas de realocação espacial orientadas para a produção de cidades menos segregadas. Para os autores, a macrossegregação da pobreza em espaços isolados torna a vida desses grupos ainda mais vulnerável, conformando processos de “guetização”, enquanto que a microssegregação, produzida pelo deslocamento de grupos médios a essas zonas, engendraria um processo de “medianização”.

O livro constitui uma coletânea de artigos produzidos por diferentes autores sobre cidades e contextos distintos, configurando-se como abordagens de campo específicas de uma problemática mais ampla, que é analisada pelos organizadores à luz dos achados no último capítulo. Em síntese, os capítulos de campo abordam temas como: a convivência e a indiferença existente entre vizinhos de um heterogêneo bairro de classe média no centro de Santiago; um bairro de Santiago de camadas média-baixas, com trajetórias de mobilidade social que evitam interações com os vizinhos de grupos mais baixos, por não enxergar neles os valores do esforço individual, meritocracia e trabalho; o caso de um bairro de média e alta renda de Santiago, onde os vizinhos buscam construir uma comunidade de iguais, mas que, pela característica heterogênea do bairro, toleram a existência de *outros*, ainda que somente em espaços formais e distantes; a diversidade social existente nos espaços públicos de Viña del Mar, que contradiz os imaginários que supunham uma cidade mais segregada; o estudo de um bairro em Valparaíso, que afirma as características específicas dessa cidade uni-

versitária e de topografia singular de abertura à diversidade; as formas de distinção na conurbação de La Coquimbo-La Serena, que se pautam, principalmente, na forte identidade territorial e na segmentação frente aos novos imigrantes de alta renda, ligados à mineração; e os critérios de distinção existentes no metrô de Santiago, que se baseiam mais em modos de conduta e características corporais do que em critérios socioeconômicos.

Os resultados gerais apresentados no livro apontam que os cidadãos chilenos possuem uma atitude favorável à diversidade e uma atitude pessoal de alta disposição ao contato com pessoas de outra classe social. Apesar desta alta valoração, salientam os autores, em função da estrutura segregada das cidades, suas práticas sociais estão marcadas mais por experiências de homogeneidade do que de diversidade. Assim, concluem que, de fato, as atuais formas estruturais da sociedade estariam gerando mais segregação do que os chilenos desejam ou menos diversidade do que estão dispostos, em termos culturais, a aceitar.

Muitos elementos explorados qualitativamente nos capítulos de campo, no entanto, matizam esse achado. O alto nível de disposição ao contato com o outro está associado a um conjunto de restrições e condições. Os níveis de tolerância dependem do espaço (são maiores nos espaços públicos de consumo como os *shoppings* e nos de passagem, como no metrô, e menores nas escolas e nos bairros, onde se constroem laços mais fortes); dependem, também, de uma estrutura normativa que regule o modo como os contatos se desenvolvem (como o controle social dos *shoppings* e as regras das atividades laborais); e, ainda, dependem das características dos sujeitos e do compartilhamento de padrões culturais pautados na ideia de trabalho, na valorização do esforço e do mérito individual, tomados como prova de uma vida “decente”. Além disso, a escala da cidade impactaria nesse processo, uma vez que cidades menores ofereceriam maiores oportunidades de integração.

Portanto, para os autores, esses achados indicam que “mais do que rígidas barreiras socioeconômicas ou de classe social, se impõe uma diferenciação baseada em estilos de vida, costumes e elementos culturais” (Sabatini et al, 2013, p. 58, livre tradução). Esta interpretação culturalista se baseia na perspectiva de que a emergência de um mercado plenamente capitalista no Chile desconstruiu a desigualdade social baseada em posições hierárquicas, de modo que “os recursos econômicos de cada um, especialmente na nova sociedade de mercado, passam a ser uma porta de entrada mais que uma barreira à convivência social com um outro diferente” (Sabatini et al, 2013, p. 58, livre tradução), posto que a nova diferenciação teria um fundamento fortemente cultural. Concomitantemente, algumas mudanças político-culturais teriam feito surgir dimensões mais horizontais relativas aos direitos e à ideia de cidadania. Assim, os valores sociais chilenos teriam mudado, passando a incorporar a ideia de autonomia individual, baseada na ideologia da sociedade de oportunidades, trabalho esforçado, individualização e expectativas de mobilidade social.

Contribuiriam também para este processo a ampliação das camadas médias na sociedade chilena e transformações urbanas, como os processos de gentrificação¹ e de difusão de *shoppings centers*, que gerariam, respectivamente, maior aproximação física entre as classes sociais, diminuindo a escala da segregação, e ofereceriam novas experiências de diversidade urbana.

O estudo conclui, também, que a disposição ao contato com o outro se dá mais em função de momentos efêmeros do que da construção de vínculos. Mas, para os autores, mesmo que superficiais, os contatos podem ter

¹ Os autores utilizam a ideia de gentrificação para o processo de alteração do perfil social de determinadas áreas sem que necessariamente haja uma expulsão de moradores mais antigos ou de menores recursos, ou seja, de uma maneira diferente ao conceito original, que tradicionalmente foi utilizado para denominar processos que envolvem atração de novos tipos de atividades e moradores, mas também reinvestimento econômico e melhorias ambientais que significam, não raro, uma “limpeza social”.

importantes efeitos simbólicos sobre os imaginários, ajudando a derrubar ou construir estereótipos, abrindo oportunidades para a criação de futuros vínculos: “a indiferença, que tradicionalmente foi catalogada como uma fragilização da coesão, emerge como um valor com potencial coesivo, na medida em que se torna, junto com as regras, uma base mínima para compartilhar os espaços [...]” (Sabatini et al, 2013, p. 283, livre tradução). Assim, sugerem que esta abertura à convivência com o outro, existente nas cidades chilenas, seja aproveitada por políticas urbanas de integração social.

Esses achados, que os próprios autores consideram como surpreendentes, suscitam algumas questões. Além de possíveis questionamentos à perspectiva culturalista, que separa da análise o vínculo estrutural entre os capitais econômico e cultural, e a “aposta” na copresença entre os grupos diferentes, como estratégia de redução da segregação, para além das formas urbanas e dos conteúdos sociais envolvidos; dados os próprios resultados do trabalho, que identificaram um conjunto de distinções, é duvidosa a disposição ampla ao encontro com os outros sujeitos sociais, mesmo na sociedade chilena, onde os níveis de desigualdades são menores quando comparada à brasileira, por exemplo. As condições apresentadas como limites indicam que, na prática cotidiana, os contatos com outros grupos sociais só são aceitos em condições bem restritivas, como o compartilhamento da cultura do trabalho e meritocracia, e, em certos espaços normatizados, onde há controle social. Isto é, os resultados permitem interpretar que não há uma disposição ao inesperado, ao imprevisí-

vel, ao diferente na sua diferença, por assim dizer, ou mesmo à pluralidade e à igualdade.

Nem o surgimento de uma sociedade de mercado, baseada na meritocracia, tampouco a proximidade entre classes produzidas pelos processos de “gentrificação” parecem estar contribuindo para ampliar a disposição à heterogeneidade social ou para engendrar formas menos intolerantes de sociabilidade urbana, já que permanecem formas de distinção, evitação e controle social.

A pesquisa, apresentada na forma do livro *Cultura de Cohesión e Integración en Ciudades Chilenas*, baseou-se em trabalho empírico extenso e apresentou resultados interessantes. Eles, no entanto, vão numa direção diferente de outros trabalhos, como os de Richard Sennet, Mike Davis e Tereza Caldeira, entre outros autores, que têm enfatizado a restrição dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, a constituição de uma sociabilidade violenta e uma menor disposição à interação social com grupos heterogêneos.

Sobre estas diferenças e as questões colocadas aqui, pode-se indagar em que medida a sociedade chilena apresenta um desenvolvimento específico, que não acompanha o que a literatura acadêmica tem constatado em cidades estadunidenses, europeias e em outras latino-americanas. Esta e outras questões já valem a leitura deste provocador trabalho, que, seguramente, contribui para o debate no campo dos estudos urbanos de uma perspectiva sociológica.

Recebido para publicação em 01 de junho de 2015
Aceito em 11 de novembro de 2015

Rafael de Aguiar Arantes - Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, com parte do doutoramento realizado no Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales da Pontificia Universidad Católica de Chile. Tem experiência de pesquisa com ênfase em Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: metrópoles latino-americanas, segregação e desigualdades sócio-espaciais, condomínios fechados, espaço público e sociabilidade urbana. rafaelarantes13@gmail.com

